

# Abertura comercial e estrutura do emprego

---

MARIA CECÍLIA PRATES RODRIGUES

## 1. Introdução

O modelo de substituição de importações, preconizado pela CEPAL para os países da América Latina no pós-guerra, começou a dar sinais claros de esgotamento a partir de meados da década de 70, na medida em que não conseguia alocar de forma eficiente e competitiva os fatores de produção das economias destes países.

O Chile fez uma primeira tentativa no sentido de promover a abertura de sua economia ao mercado externo em 1956, mas teve de ser revertida em 1961 devido ao insustentável déficit comercial que provocou. Também o Brasil, em 1964, ensaiou um primeiro projeto de abertura baseado no fomento às exportações e na redução das tarifas de importação, mas que igualmente sofreu forte retrocesso em face das restrições cambiais do balanço de pagamentos advindas da alta súbita do petróleo no mercado externo em 1973.

Na década de 70, uma nova onda de liberalização econômica tomou conta dos países da América Latina, cabendo aí destacar o Chile (1973), a Argentina (1976), o México (1977) e a Venezuela (1979). No entanto, a crise da dívida externa em 1982, com seus efeitos negativos para as contas externas destes países, provocou a interrupção destas experiências liberalizantes. Apenas o Chile conseguiu manter o seu projeto de abertura econômica, com algumas "correções de rota" (desvalorização do câmbio e elevação temporária das tarifas de importação) que se faziam necessárias naquele momento.

A partir da segunda metade dos anos 80, o movimento de liberalização comercial generalizou-se nestes países latinos. Só para citar alguns exemplos, entre 1985 e 1987 o México reduziu a sua tarifa média de importação de 24% para 12% e promoveu fortes cortes nas licenças de importação. Em 1989, a Venezuela adotou calendário de redução tarifária baixando o percentual

máximo de 135%, vigente naquele ano, para 20% em 1993. Em 1988, o Brasil iniciou a sua reforma comercial mediante sobretudo a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre as suas importações, e proposta de redução tarifária de 51% (percentual médio) em 1988 para 14% em 1993. Em 1990, Argentina, Peru e Colômbia também começaram a desmontar os seus aparatos protecionistas de comércio exterior adotados até então.

À luz dos Modelos Convencionais de Comércio Internacional (Estático e Dinâmico), que destacam os efeitos positivos da abertura comercial para a distribuição da renda e o nível de emprego nos países em desenvolvimento, pretende-se aqui analisar a experiência chilena de liberalização comercial, que, além do seu caráter extremamente radical, é a única na América Latina a vigorar sem interrupção desde os anos 70. A partir deste estudo de caso, em que serão destacadas algumas de suas especificidades, virtudes e defeitos, passa-se a avaliar os efeitos potenciais da abertura comercial ora em curso no Brasil sobre a estrutura do emprego no país, já tão corroída por desigualdades de renda (pessoal e setorial) e incapacidade de geração de novos postos no seu mercado formal (quantidade e qualidade).

Como ocorreu no Chile, a abertura comercial no Brasil também está-se processando em momento de forte recessão, inflação e déficit público elevados, e o país atravessa um período crítico de estabilização e privatização da economia. Estes fatos, por si só, já acarretam efeitos negativos sérios em seus indicadores sociais, além de dificultarem a visualização do impacto da liberalização comercial sobre as mesmas.

Há, contudo, aspectos importantes referentes à reforma da política comercial chilena, cujos reflexos para o desenvolvimento social do país pretende-se examinar neste capítulo. A desindustrialização, a importação maciça de bens de consumo supérfluos em detrimento de bens de capital, e o desenvolvimento de um setor exportador intensivo em recursos naturais com efeitos multiplicadores reduzidos sobre o restante da economia alinham-se entre os principais resultados da abertura comercial no Chile que, sem dúvida, contribuíram para acentuar os desequilíbrios sociais naquele país entre 1973 e 1988. Porém, corrigidas as "distorções de percurso", diz-se que o Chile do início dos anos 90 é "um caso ilustrativo de sucesso econômico na região do atraso", goza de credibilidade no mercado externo e

